

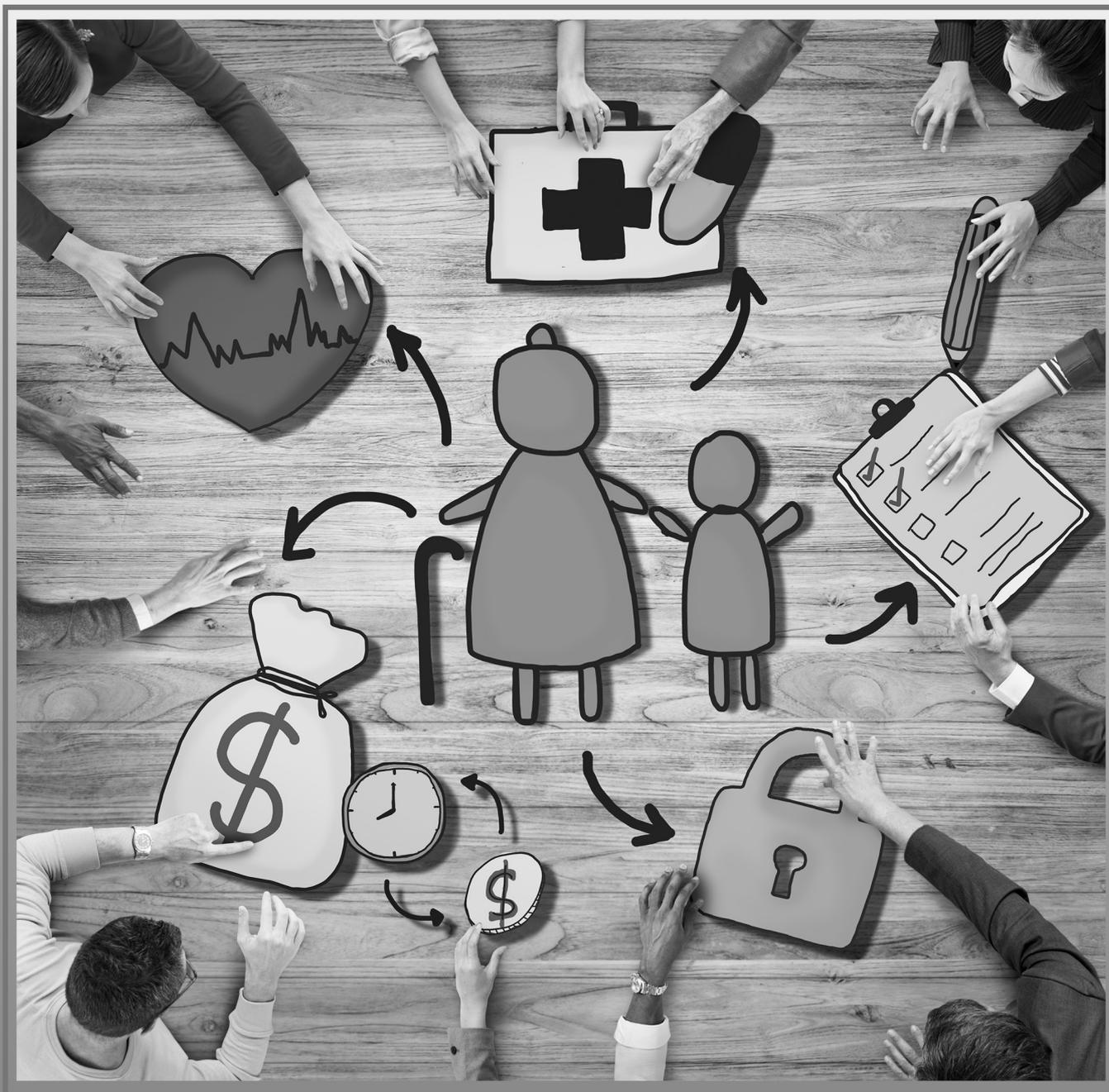


Processos de Subjetivação no Serviço Social

4

Thaislayne Nunes de Oliveira
(Organizadora)

Atena
Editora
Ano 2020



Processos de Subjetivação no Serviço Social

4

Thaislayne Nunes de Oliveira
(Organizadora)

Atena
Editora
Ano 2020

Editora Chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Assistentes Editoriais

Natalia Oliveira

Bruno Oliveira

Flávia Barão

Bibliotecário

Maurício Amormino Júnior

Projeto Gráfico e Diagramação

Natália Sandrini de Azevedo

Camila Alves de Cremonesi

Karine de Lima

Luiza Batista 2020 by Atena Editora

Maria Alice Pinheiro Copyright © Atena Editora

Edição de Arte Copyright do Texto © 2020 Os autores

Luiza Batista Copyright da Edição © 2020 Atena Editora

Revisão Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora

Os Autores pelos autores.



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

A Atena Editora não se responsabiliza por eventuais mudanças ocorridas nos endereços convencionais ou eletrônicos citados nesta obra.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília

Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense

Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa

Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia

Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá

Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará

Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima

Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Instituto Internazionale delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jael Soares Batista – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Douglas Siqueira de Almeida Chaves -Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Profª Drª Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Helio Franklin Rodrigues de Almeida – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Jesus Rodrigues Lemos – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Jônatas de França Barros – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá
Profª Drª Regiane Luz Carvalho – Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino
Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Alexandre Leite dos Santos Silva – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Douglas Gonçalves da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Dra. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Linguística, Letras e Artes

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

Conselho Técnico Científico

- Prof. Me. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza
Prof. Me. Adalto Moreira Braz – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí
Prof. Me. Alexsandro Teixeira Ribeiro – Centro Universitário Internacional
Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Prof^a Ma. Anne Karynne da Silva Barbosa – Universidade Federal do Maranhão
Prof^a Dr^a Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Prof^a Dr^a Andrezza Miguel da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais
Prof. Me. Armando Dias Duarte – Universidade Federal de Pernambuco
Prof^a Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar
Prof^a Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Ma. Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo
Prof^a Dr^a Cláudia Taís Siqueira Cagliari – Centro Universitário Dinâmica das Cataratas
Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Prof^a Ma. Daniela da Silva Rodrigues – Universidade de Brasília
Prof^a Ma. Daniela Remião de Macedo – Universidade de Lisboa
Prof^a Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Douglas Santos Mezacas – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Me. Edevaldo de Castro Monteiro – Embrapa Agrobiologia
Prof. Me. Eduardo Gomes de Oliveira – Faculdades Unificadas Doctum de Cataguases
Prof. Me. Eduardo Henrique Ferreira – Faculdade Pitágoras de Londrina
Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil
Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita
Prof. Me. Euvaldo de Sousa Costa Junior – Prefeitura Municipal de São João do Piauí
Prof^a Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora
Prof. Dr. Fabiano Lemos Pereira – Prefeitura Municipal de Macaé
Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas
Prof^a Dr^a Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo
Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária
Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná
Prof. Me. Gustavo Krahl – Universidade do Oeste de Santa Catarina
Prof. Me. Helton Rangel Coutinho Junior – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Prof^a Ma. Isabelle Cerqueira Sousa – Universidade de Fortaleza
Prof^a Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Me. Javier Antonio Albornoz – University of Miami and Miami Dade College
Prof. Me. Jhonatan da Silva Lima – Universidade Federal do Pará
Prof. Dr. José Carlos da Silva Mendes – Instituto de Psicologia Cognitiva, Desenvolvimento Humano e Social
Prof. Me. Jose Elyton Batista dos Santos – Universidade Federal de Sergipe
Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay
Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco

Profª Drª Juliana Santana de Curcio – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Kamilly Souza do Vale – Núcleo de Pesquisas Fenomenológicas/UFPA
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
Profª Drª Karina de Araújo Dias – Prefeitura Municipal de Florianópolis
Prof. Dr. Lázaro Castro Silva Nascimento – Laboratório de Fenomenologia & Subjetividade/UFPR
Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Ma. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará
Profª Ma. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ
Profª Drª Lívia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás
Prof. Me. Lucio Marques Vieira Souza – Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe
Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados
Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual do Paraná
Prof. Dr. Michel da Costa – Universidade Metropolitana de Santos
Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação – Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior
Prof. Me. Marcos Aurelio Alves e Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo
Profª Ma. Maria Elanny Damasceno Silva – Universidade Federal do Ceará
Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Prof. Me. Ricardo Sérgio da Silva – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
Prof. Me. Sebastião André Barbosa Junior – Universidade Federal Rural de Pernambuco
Profª Ma. Silene Ribeiro Miranda Barbosa – Consultoria Brasileira de Ensino, Pesquisa e Extensão
Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo
Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Faculdade Regional Jaguaribana
Profª Ma. Thatianny Jasmine Castro Martins de Carvalho – Universidade Federal do Piauí
Prof. Me. Tiago Silvio Dedoné – Colégio ECEL Positivo
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Processos de subjetivação no serviço social

4

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira
Bibliotecário: Maurício Amormino Júnior
Diagramação: Natália Sandrini de Azevedo
Edição de Arte: Luiza Batista
Revisão: Os Autores
Organizadora: Thaislayne Nunes de Oliveira

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

P963 Processos de subjetivação no serviço social 4 [recurso eletrônico] /
Organizadora Thaislayne Nunes de Oliveira. – Ponta Grossa, PR:
Atena, 2020.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: Word Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-5706-234-0

DOI 10.22533/at.ed.340202907

1. Assistência social. 2. Política social – Brasil. 3. Serviços
sociais. I. Oliveira, Thaislayne Nunes de.

CDD 361

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

Atena Editora

Ponta Grossa – Paraná – Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

www.atenaeditora.com.br

contato@atenaeditora.com.br


Ano 2020

APRESENTAÇÃO

Caro leitor, é com imenso prazer que apresento a coletânea: “Processos de Subjetivação no Serviço Social”, composta por 88 trabalhos organizados em 5 volumes. Esta coletânea exhibe textos sobre as múltiplas facetas do processo de trabalho do Assistente Social e análises de diferentes políticas públicas brasileiras.

Como é sabido, o contexto brasileiro é permeado por contradições históricas. Ouso sinalizar a atual conjuntura centrada em discussões rasas, com a propagação do senso comum como verdade absoluta. Portanto, torna-se ainda mais necessário dar visibilidade a estudos técnicos e científicos. Sendo assim, esta leitura é imprescindível durante a formação profissional e também aos assistentes sociais, pois, contribui significativamente com reflexões sobre os nós, entraves e questões contemporâneas, que perpassam o cenário brasileiro e respectivos desdobramentos na profissão e nas políticas públicas.

Os dois primeiros volumes reservam a discussão do Serviço Social, abordando a formação profissional, apontamentos sobre os Fundamentos Históricos Teóricos Metodológicos do Serviço Social, da questão social, do Projeto Ético Político, da instrumentalidade. Além das discussões acerca das dimensões profissionais e das vulnerabilidades correspondentes às experiências em diversos espaços socioocupacionais.

O terceiro volume discorre prioritariamente sobre diferentes políticas públicas, como: política de saúde, política de saúde mental, promoção de saúde dos idosos. Além do mais, este volume possibilita a visibilidade para estudos variados acerca das inúmeras situações que perpassam a vida das mulheres brasileiras.

O quarto volume expõe: adoção, adolescentes, medidas socioeducativas, drogas, violência, família, idosos. As respectivas análises são distintas, porém, demonstram aspectos que perpassam a vida brasileira, sobretudo pela abordagem do recorte de classe e étnico-racial.

Por fim, e não menos importante, o quinto volume exhibe novamente especificidades das políticas públicas, evidenciando a discussão sobre a questão do território, questão urbana, saneamento básico, seguridade social, política de assistência social. Este volume apresenta ainda discussão sobre questão étnico-racial, racismo e refugiados.

Como foi possível perceber os livros contemplam análises abrangentes, que convergem e se complementam sob a ótica do contexto histórico brasileiro e suas respectivas contradições sociais. Vale ressaltar, que os cinco volumes contribuem com a análise das políticas públicas mais empregadoras dos assistentes sociais no Brasil, motivo pelo qual se ratifica a importância desta leitura aos acadêmicos e ainda para fins de atualização profissional.

Desejo a todas e todos excelente leitura!

Thaislayne Nunes de Oliveira

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
O ADOLESCENTE EM CONFLITO COM A LEI: ASPECTOS DA RESPONSABILIZAÇÃO FAMILIAR	
Eugênia Aparecida Cesconeto	
Monica Pereira	
Wanderléia Pereira Gomes Gaidarji	
DOI 10.22533/at.ed.3402029071	
CAPÍTULO 2	11
A IMPORTÂNCIA DO PLANEJAMENTO DAS AÇÕES FRENTE A MEDIDA PROTETIVA DE ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL PARA ADOLESCENTES	
Jociane Souza da Silva	
Rodrigo de Oliveira Bastos Trotta	
Victor Tavares Batista	
Simone Silva	
Bruno Xavier Campos	
DOI 10.22533/at.ed.3402029072	
CAPÍTULO 3	21
A MEDIDA SOCIOEDUCATIVA DE INTERNAÇÃO E AS FACÇÕES DO TRÁFICO DE DROGAS NO ESTADO DE SANTA CATARINA	
Alice Mendes Rodrigues da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.3402029073	
CAPÍTULO 4	29
RESPONSABILIZAÇÃO ESTATAL E ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO EM MEIO ABERTO: UM OLHAR AO MUNICÍPIO DE FLORIANÓPOLIS	
Franciele Theves da Rosa	
DOI 10.22533/at.ed.3402029074	
CAPÍTULO 5	42
O TRABALHO INFANTIL E O TRÁFICO DE DROGAS: UMA RELAÇÃO DE VIOLAÇÃO DE DIREITOS	
Luciano Aparecido Pereira Junior	
Regina Célia de Souza Beretta	
DOI 10.22533/at.ed.3402029075	
CAPÍTULO 6	54
PROTOCOLO TÉCNICO-OPERATIVO DE ATENDIMENTO DAS FAMÍLIAS NA REDE SOCIOASSISTENCIAL	
Marlí Elisa Nascimento Fernandes	
Ilka de Fátima Santana Ferreira Boin	
Maria Lúcia Martinelli	
DOI 10.22533/at.ed.3402029076	
CAPÍTULO 7	66
FAMÍLIAS COMO FOCO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL - UMA PROPOSTA DE ATUAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL	
Ana Paula Ferreira dos Santos Oliveira	
DOI 10.22533/at.ed.3402029077	

CAPÍTULO 8 76

FAMÍLIA E SERVIÇO SOCIAL: NO DESAFIO DO FORTALECIMENTO DAS REDES PRIMÁRIAS DE PROTEÇÃO SOCIAL

Débora Holanda Leite Menezes
Maurício Caetano Matias Soares

DOI 10.22533/at.ed.3402029078

CAPÍTULO 9 87

A PERCEPÇÃO DO TRABALHO SOCIAL COM FAMÍLIAS A PARTIR DA ATUAÇÃO EM ENTIDADE SOCIOASSISTENCIAL NO RIO DE JANEIRO

Patrícia Quinto Santos de Souza

DOI 10.22533/at.ed.3402029079

CAPÍTULO 10 99

PERFIL SOCIOECONÔMICO DAS MÃES ADOLESCENTES ATENDIDAS NA “ALA SANTANA” – MATERNIDADE DA FUNDAÇÃO SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DO PARÁ

Amanda dos Santos Silva
Midiã Olivia Bentes Sant'ana
Priscila Elen Souza Oliveira
Yasmin Thais Soares da Silva

DOI 10.22533/at.ed.34020290710

CAPÍTULO 11 112

RECORTES SÓCIOS HISTÓRICOS DAS DIFICULDADES VIVENCIADAS PELAS MULHERES NO MERCADO DE TRABALHO EM TEMPOS DE CAPITALISMO

Francisco das Chagas dos Santos Alves
Aldení Gomes de Araújo Júnior
Luan Alexandre da Silva Dantas
Vanessa Amancio da Silva
Hiorrana Larissa da Silva
Flaviana Fernandes Martins
Mariana Dantas
Maria do Rosário Santos

DOI 10.22533/at.ed.34020290711

CAPÍTULO 12 122

O FENÔMENO DA VIOLÊNCIA E A VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES NO BRASIL: ALGUMAS EXPLICAÇÕES TEÓRICAS

Jailma da Costa Batista
Ranyellen Félix de Souza
Felicidade Dayana Monteiro Dias
Andressa Cassiano de Araújo
Francely dos Santos Moura

DOI 10.22533/at.ed.34020290712

CAPÍTULO 13 132

TRÁFICO DE DROGAS E O CRESCENTE APRISIONAMENTO DE MULHERES NO BRASIL

Gláucia Maria Ribeiro de Souza

DOI 10.22533/at.ed.34020290713

CAPÍTULO 14 141

DESCOBRINDO A DELEGACIA DE DEFESA DA MULHER

Maria Auxiliadora de Castro Coutinho

CAPÍTULO 15	149
MULHERES QUE COMETEM CRIMES: VÍTIMAS OU CULPADAS? AS MARCAS DA INSERÇÃO FEMININA NO SISTEMA PRISIONAL	
Priscilla Brandão de Medeiros Kaedna Coleta Araújo Silva	
DOI 10.22533/at.ed.34020290715	
CAPÍTULO 16	161
ENTREGA VOLUNTÁRIA EM ADOÇÃO: ALGUMAS REFLEXÕES A PARTIR DA VARA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE DE SANTO AMARO	
Ana Lucia Oliveira Ramos Michelle Cavalli	
DOI 10.22533/at.ed.34020290716	
CAPÍTULO 17	175
ENVELHECIMENTO, TRABALHO E APOSENTADORIA: EXPECTATIVAS E PLANEJAMENTO PARA A VIDA PÓS-TRABALHO	
Jozadake Petry Fausto Vitorino	
DOI 10.22533/at.ed.34020290717	
CAPÍTULO 18	193
ENVELHECIMENTO E A PROTEÇÃO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL	
Solange Maria Teixeira	
DOI 10.22533/at.ed.34020290718	
CAPÍTULO 19	205
O BENEFÍCIO ASSISTENCIAL AO IDOSO: DO RECONHECIMENTO À NEGAÇÃO	
Pamalla Sheron Gomes de Mendonça	
DOI 10.22533/at.ed.34020290719	
SOBRE A ORGANIZADORA	215
ÍNDICE REMISSIVO	216

TRÁFICO DE DROGAS E O CRESCENTE APRISIONAMENTO DE MULHERES NO BRASIL

Data de aceite: 01/07/2020

Gláucia Maria Ribeiro de Souza

Mestranda em Política Social pela Universidade de Brasília. Universidade de Brasília, Departamento de Serviço Social, Programa de Pós-Graduação em Política Social, Brasília-DF
Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0417405156622995>

RESUMO: O presente trabalho busca analisar o crescente aprisionamento de mulheres no Brasil por envolvimento com o tráfico de drogas. Considerando-se para este estudo, que os fenômenos estudados se encontram circunscritos sob a égide do ordenamento hegemônico do Estado capitalista monopolista. O objeto de estudo deste trabalho visa identificar no fenômeno de crescimento da população carcerária feminina brasileira, elementos que contribuam para o desvelamento dos condicionantes internos e externos aos indivíduos, com base em seu perfil socioeconômico, e que por sua vez, circunscrevem-se como elementos tipologicamente evidenciados no perfil das mulheres presas por envolvimento com o tráfico de drogas no Brasil na cena contemporânea, com todas as suas nuances.

PALAVRAS-CHAVE: Capitalismo, Estado, Mulheres, Questão social, Tráfico de Drogas.

DRUG TRAFFICKING AND THE GROWING IMPRISONMENT OF WOMEN IN BRAZIL

ABSTRACT: This paper seeks to analyze the increasing imprisonment of women in Brazil for their involvement in drug trafficking. Considering for this study, the phenomena studied are circumscribed under the aegis of the hegemonic ordering of the monopolist capitalist state. The object of study of this work aims to identify in the growth phenomenon of the Brazilian female prison population, elements that contribute to the unmasking of internal and external constraints to individuals, based on their socioeconomic profile, and that, in turn, are circumscribed as elements typologically evidenced in the profile of women arrested for involvement with drug trafficking in Brazil in the contemporary scene, with all its nuances.

KEYWORDS: Capitalism, State, women, social issue, drug trafficking.

1 | INTRODUÇÃO

Essa proposta de estudo, propôs investigar *o tráfico de drogas e o crescente*

aprisionamento de mulheres no Brasil, inserido nas emergentes expressões da questão social em tempos de profundo estranhamento das relações de trabalho do capitalismo em crise (BEHRING, 2011).

Considera-se de notória relevância para o Serviço Social e ainda, ao campo de atuação no Sistema Prisional, dessa forma propôs-se apreender determinantes sociais, econômicos e políticos das mulheres presas, nos termos da lei, por envolvimento com tráfico de drogas. Destarte, controversa-se em um universo de intensa marginalização econômica, e em um cenário penal de aprisionamento de determinados grupos sociais definidos para o cárcere, assim, representa a massa laboriosa da indústria ilegal do tráfico.

Ressalte-se ainda, a relevância deste tema ao aprimoramento do trabalho profissional e no processo de produção e difusão do conhecimento, pois, poder-se-á contribuir com a agenda de lutas das entidades deliberativas da profissão de assistentes sociais, conforme disposto no Código de Ética do Assistente Social, em especial, no que se refere ao “empenho na eliminação de todas as formas de preconceito, incentivando o respeito à diversidade, à participação de grupos socialmente discriminados e à discussão das diferenças” (CFESS, 1993, p.23).

Portanto, analisa-se as dimensões conjunturais sociopolítica e econômica do país submetidas à lógica dos mecanismos de mundialização do capital (MÉSZÁROS, 2008), mecanismos esses, em que se efetivam os interesses do capital por meio de uma política da indiferença, ante o necessário enfrentamento dos desafios e expressões da questão social, e o crescente índice de envolvimento com o crime por tráfico de drogas como inflexão resultante dessas expressões da questão social, e que possuem na relação capital/trabalho a sua gênese e centralidade.

Na realização deste estudo, utilizou-se como fonte de dados o relatório do sistema de informações estatísticas do sistema penitenciário brasileiro (INFOPEN) de 2016.

O trabalho foi dividido em 5 partes, a primeira introdução; a segunda parte uma análise sobre o tráfico de drogas na sociedade contemporânea; na terceira parte registra-se o perfil socioeconômico da população carcerária no Brasil a partir de dados do Infopen (2016); na quarta parte a as considerações finais do estudo.

2 | TRÁFICO DE DROGAS NA SOCIEDADE CAPITALISTA CONTEMPORÂNEA

Analisa-se neste estudo, o envolvimento com o tráfico ilícito de entorpecentes enquanto expressão da questão social, circunscrito no ordenamento da sociedade capitalista contemporânea, num um contexto em que “a crise experimentada pelo capital, bem como suas respostas, das quais o neoliberalismo e a reestruturação produtiva da era da acumulação flexível são expressão, têm acarretado, profundas mutações no interior do mundo do trabalho”(FARIA, 2011, p. 538-539).

No cenário da reestruturação produtiva amplia-se “a superpopulação relativa, que vive em condições de falta de acesso à satisfação das necessidades mais elementares, de barbárie e violência, num recrudescimento generalizado das expressões da questão social” (BEHRING, 2011, p. 9). Dessa forma,

é muito importante recolocar no centro dos debates a construção de estratégias de resistência e de luta contra a barbarização da vida social e pela construção de uma outra forma de sociabilidade. Dentro disso, a defesa de políticas sociais abrangentes, de caráter universal, que possam disputar e gerar tensões efetivas na alocação do fundo público, e que, sobretudo, tenham impactos maiores nas condições de vida e trabalho das maiorias é uma agenda importante de resistência, em tempos de focalização, privatização e encarceramentos (BEHRING, 2011, p. 10).

Registra-se nos últimos dez anos um crescimento da população carcerária no Brasil, uma ampliação que marca a história da sociedade brasileira. Ocupando no cenário mundial a quarta posição no número de pessoas presas (INTERNATIONAL CENTRE FOR PRISON STUDIES, 2012). Sendo que atualmente o país ocupa o 3º lugar neste ranking. Nesse sentido, urge a necessidade de apreender esse fenômeno na sociedade contemporânea, ao esmiuçar essa realidade para além da aparência, em especial, a partir da realidade concreta. Considera-se também que na medida em que “as disparidades sócio-econômicas entre sexos diminuem, há um aumento recíproco da criminalidade feminina” (CHIES, 2005, p.339).

No contexto de aviltamento do desemprego estrutural, o tráfico de drogas constitui-se, em “uma oportunidade ilegal para um conjunto de mulheres, as quais se mantiveram em uma situação de extrema marginalização econômica e simbólica ao longo de décadas e gerações” (CHAVES, 2006, p.535). Ressalte que as fragilidades das políticas públicas

na garantia de uma educação de qualidade, moradia, lazer, saneamento básico, alimentação, qualificação profissional e oferta de trabalho dificultam o alcance da qualidade de vida e a ascensão social. As vulnerabilidades próprias da juventude articuladas a uma vida que não vislumbra um futuro promissor ainda são catalisadores da criminalidade no País (NICOLAU, 2012, p.391).

Em respostas, ao crescente índice de criminalidade, comércio e uso de drogas criou-se a “Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas (SENAD), que expressou uma estratégia política do governo brasileiro em mostrar à comunidade internacional uma postura de combate às drogas como prioridade de governo” (GARCIA, 2008, p. 269). A Constituição Federal (BRASIL, 1988) prevê a implementação por parte do Estado de programas de prevenção e assistência aos usuários de drogas (BRASIL, 1998). “No entanto, historicamente os investimentos viram-se destinados à repressão, em detrimento das ações de prevenção” (GARCIA, 2008, p.270).

No modo de produção capitalista brasileiro, existe uma “suposta” incapacidade do Estado, em atender demandas sociais, políticas e econômicas suscitadas ao longo do processo de produção capitalista. Existe uma economia política específica da prisão que traz à luz a intersecção de gênero e raça, colonialismo e capitalismo. (DAVIS; DENT,

2003, p. 526). O Estado depende

cada vez mais da polícia e da utilização da pena de prisão para conter o caos gerado pelo desemprego, pelo subemprego, pela imposição do trabalho precário, pela informalidade e pela redução da proteção social, características do presente período histórico. Assim, opta pela repressão e controle, além de ações paliativas, porque enfrentar, de fato, a questão social, buscando transformá-la, significaria o rompimento com a ordem social vigente (FERREIRA, 2011, p. 511).

Nesse sentido, esse “processo de constituição de grupos humanos como que “definidos” para o aprisionamento, em um processo que vai garantindo a continuação incólume da verdadeira economia do tráfico” (CHAVES, 2006, p.536, grifos do autor). Refere-se a um dos elementos significativos na realidade social das mulheres envolvidas e aprisionadas pelo tráfico de drogas, portanto, merecedor de um adensamento teórico.

Desta feita, as “prisões estão repletas de sujeitos presos por conta de envolvimento com drogas, furtos e roubos, sujeitos estes provenientes das camadas mais subalternas da sociedade, e não de criminosos violentos e perigosos” (FERREIRA, 2011, p. 512).

A perspectiva que define como crime o envolvimento com drogas, “alega que drogas são fontes de financiamento político, de corrupção, de geração de riquezas e do aumento do custo social marginal. tautologicamente, as drogas são fontes de crimes” (NASCIMENTO, 2006, p. 189).

O fato, é que há várias “formas de tratar o fenômeno do tráfico de drogas; todavia, existe um consenso de que se está diante de uma das indústrias mais lucrativas do mundo, ultrapassando até a petrolífera” (FARIA, 2011, p. 538). Assim, o tráfico de drogas,

apesar de sua ilegalidade, torna-se uma opção entre poucas alternativas. As possibilidades de escolhas vão se restringindo à medida que os sujeitos não são preparados para o mercado de trabalho legal, cada vez mais competitivo e excludente. Desde cedo, participam de uma sociabilidade que idolatra, teme e protege o traficante de droga. São expostos a um meio social que aspira ao sucesso financeiro e ao consumismo que eles representam (FARIA, 2011, p. 537).

Reafirma-se que o trabalho central na vida dos sujeitos sociais, conforme Marx (1989a) pois é por meio do trabalho que o homem se torna um ser social. Assim, o trabalho é apreendido como elemento singular na relação do homem com a natureza, ao atuar sobre ela, quando executa o ato de produção e de reprodução. Nesse sentido,

O processo de trabalho, que descrevemos em seus elementos simples e abstratos, é atividade dirigida com o fim de criar valores-de-uso, de apropriar os elementos naturais às necessidades humanas; é condição necessária do intercâmbio material entre o homem e a natureza; é condição natural eterna da vida humana, sem depender, portanto, de qualquer forma dessa vida, sendo antes comum a todas as suas formas sociais (MARX, 1989a, p. 208).

Na sociedade contemporânea, que se funda na lógica de inúmeras contradições, dentre elas, destaca-se que

o trabalhador se torna tão mais pobre quanto mais riqueza produz, quanto mais a sua

produção aumenta em poder e extensão. O trabalhador se torna uma mercadoria tão mais barata quanto mais mercadorias cria. Com a valorização do mundo das coisas aumenta em proporção direta a desvalorização do mundo dos homens. O trabalho não produz só mercadorias; produz a si mesmo e ao trabalhador como uma mercadoria [grifos do autor], e isto na proporção em que produz mercadorias em geral (MARX, 1989b, p. 148).

De tal modo que os “laços sociais, que deveriam dar lugar e sustentação ao sujeito, são frágeis ou inexistentes, não garantem valores mínimos de pertencimento e filiação, é obvio que isso terá repercussões nos atos desses sujeitos” (SEQUEIRA, 2006, p. 670). Por meio do tráfico,

abre-se para os sujeitos a oportunidade de serem incluídos neste sistema capitalista que os excluíram economicamente, negando-lhes condições mínimas de sobrevivência, e/ou não lhes oferecendo possibilidades de fazer frente ao apelo consumista estimulado pelas políticas neoliberais. (Faria, 2011: 538-539)

De acordo com Siqueira (2006), torna-se necessário indagar “quantos estão nesse lugar? Quantos são banidos da sociedade, cotidianamente, não arrumam trabalho, não têm escola decente, não têm moradia, comida e nem acesso a serviços de saúde? Quantos vivem uma vida que não vale nada?” (Idem, 2006, p.669).

Nesse ponto dos questionamentos, pode-se dizer que, o crime enquanto resultante das inflexões das expressões da questão social, originária da relação capital/trabalho na sociedade capitalista produz um perfil “definido” de pessoas destinadas há um futuro aprisionamento; justificando-se a expansão do aprisionamento em massa. Ressalta-se aqui, a definição da terminologia

indústria da prisão pode se referir exatamente à produção de prisioneiros mesmo que a indústria produza lucros para um número crescente de corporações e, drenando os bens sociais de instituições como escolas e hospitais, creche e moradia, tenha um papel fundamental na produção das condições de pobreza que criam a percepção de uma necessidade de um maior número de prisões. (DAVIS; DENT, 2003, p. 528).

Prisão esta, que historicamente “funciona no sentido de aviltar e estigmatizar para sempre os que por ela passam e, na medida em que não se visualiza sua extinção num futuro próximo, há que se lutar para que sua influência se torne menos perniciosa (CHIES, 2005, p. 344).

Portanto, em um quadro no qual “a mulher presa é duplamente estigmatizada como transgressora (da ordem social e de seu papel materno e familiar) em uma sociedade que é fruto de ideologia machista e patriarcal” (CHIES, 2005, p. 339). Torna-se necessário, implementar políticas públicas que busquem não somente construir e/ou reformar presídios

mas de envolver a discussão da reforma agrária, justiça, direitos humanos, fiscalização e punição da corrupção, política de emprego, saúde, educação, moradia, quando se discute a política prisional. Assim, será possível pensar em mecanismos que conduzirão a transformações mais profundas, resgatando o compromisso com a construção de sociedades mais justas, mais iguais, mais livres e mais solidárias (FERREIRA, 2011, p. 511-512).

A “Lei de Execução Penal defende um tratamento prisional que deve propiciar

a *reeducação* e a *ressocialização* do preso. O sistema penal trabalha com a ideia da *reabilitação* do preso; esse é o discurso oficial que legitima o aprisionamento” (SEQUEIRA, 2006, p.667). Nesse movimento histórico, “as respostas às novas expressões da questão social – cuja origem se encontra na lei geral da acumulação capitalista – têm vindo na forma da criminalização da pobreza, com uma ampliação desmesurada da população carcerária “(BEHRING, 2011, p. 10). O que se assiste “é um retrocesso histórico no trato da questão da social, tendo em vista o endurecimento das penas, em vez de alternativa à prisão. Retroage-se aos mecanismos de repressão e controle como único escopo da pena criminal” (FERREIRA, 2011, p. 511).

3 | PERFIL SOCIOECONÔMICO DA POPULAÇÃO CARCERÁRIA NO BRASIL

Para tratar da problemática do crescimento no contingente populacional de mulheres presas no Brasil, analisou-se a princípio o perfil dessas pessoas presas.

Segundo dados do levantamento nacional de informações penitenciárias do Brasil (Infopen, 2016), há um notável crescimento da população carcerária como um todo no país entre o período de 2000 a 2016. O relatório do Infopen de 2000 apresenta que havia 137 pessoas presas para cada grupo de 100 mil habitantes, após um crescimento contínuo ao longo dos anos, constatou-se conforme relatório de junho de 2016, que esse número cresceu para 352,6 pessoas presas para cada 100 mil habitantes. Um número notoriamente alarmante, e, que por sua vez, justifica a necessidade deste relatório de pesquisa.

Traçando-se o perfil da população carcerária no Brasil, a partir de dados do Infopen constatamos que no que tange aos aspectos de raça, cor e etnia 64% da população é negra e 35% é branca. Em, 2015, 53% da população acima de 18 anos era negra.

Sobre a faixa etária, identificou-se no relatório que 55% da população carcerária no Brasil são formadas por jovens de 18 a 29 anos de idade. Sobre o Estado civil, 60% da população carcerária são solteiras; pessoas com união estável e casadas somam 37% das pessoas presas.

No que diz respeito, a escolaridade das pessoas privadas de liberdade, observou-se nos dados do Infopen (2016), que 17,75% da população prisional brasileira não realizou o ensino médio, concluindo no máximo o ensino fundamental; ao passo que 24%, possuem o ensino médio incompleto ou completo.

Na população carcerária como um todo, referente a tipicidade do cometimento de crimes, de acordo com o relatório têm-se o seguinte levantamento de dados, dos crimes de roubo e furto somam-se 37% das incidências, e os homicídios 11%.

Entre homens e mulheres no geral, o envolvimento com o tráfico de drogas possui maior frequência. Segundo o Infopen (2016), entre os homens os crimes relacionados ao tráfico de drogas correspondem a 26%, ao passo que para mulheres esse percentual

atinge 62% do cometimento de crimes, em furto e roubo o envolvimento de mulheres corresponde à 20%.

4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nessa conjuntura permeada historicamente pela luta de classes, considerando o crescente aprisionamento de mulheres no Brasil por envolvimento com tráfico de drogas, baseando-se em dados do Infopen (2016).

Constatou-se ao analisar a realidade socioeconômico dessas pessoas privadas de liberdade, que o desemprego e a falta de oportunidades de acesso à educação, e portanto, de qualificação profissional, são fatores que conformam o perfil das mulheres presas por envolvimento com drogas.

E, ainda, contrastando com a intensificação das desigualdades sociais, o processo aviltante de marginalização dos sujeitos, resultante da ampliação do desemprego estrutural em consequência da crise de sobreacumulação do capital em âmbito global. Diante desta conjuntura socioeconômica, o Estado que dever-se ia arbitrar no âmbito da defesa do interesse geral, e, portanto, intervir por meio das políticas públicas objetivando garantir o básico aos cidadãos, acaba por atuar de maneira minimalista no atendimento dos interesses da população menos favorecida.

Na sociedade contemporânea, o Estado atua atendendo majoritariamente aos interesses do capital financeiro global. O contingente da população feminina renegadas a própria sorte, desprovidas do direito de acesso ao trabalho remunerado, destituídas do acesso amplo às políticas sociais, encontram no trabalho ilícito de envolvimento com o tráfico de drogas uma oportunidade de inserção no mercado de trabalho? De ascensão socioeconômica? De mobilidade social?

O envolvimento dessas mulheres com o tráfico ilícito de entorpecentes, está majoritariamente ligado com a obtenção de dinheiro para a satisfação de necessidades humanas básicas. Ainda, que não resulte em ascensão econômica, mobilidade social e tão pouco inserção no mercado de trabalho formal e lícito, tendo por base o perfil das mulheres presas, a participação no tráfico de drogas configura-se em uma oportunidade de sobrevivência.

REFERÊNCIA

BATISTA, Analía Soria. *Estado e controle nas prisões. Cad. CRH* [online]. 2009, vol.22, n.56, pp. 399-410. ISSN 1983-8239.

BEHRING, Elaine Rossetti. *Desafios contemporâneos das políticas sociais. Rev. katálysis* [online]. 2011, vol.14, n.1, pp. 9-10. ISSN 1414-4980.

_____. *Brasil em Contrarreforma: desestruturação do Estado e perda de direitos*. 2 ed. P. 31-65. São Paulo: Cortez, 2008.

_____. *Código de Ética Profissional do Assistente Social*. Brasília: CFESS, 1993.

_____. *Regulamentação da profissão de Assistente Social*. Lei nº. 8662 jun, 1993.

BRASIL. Lei Nº 11.343, DE 23 DE AGOSTO DE 2006.

CHAVES, Miguel. *Entre o bairro e a prisão: tráfico e trajetórias*. *Mana* [online]. 2006, vol.12, n.2, pp. 533-536. ISSN 1678-4944.

CHIES, Luiz Antônio Bogo. *Cemitério dos vivos: análise sociológica de uma prisão de mulheres*. *Sociologias* [online]. 2005, n.13, pp. 338-345. ISSN 1807-0337.

CORDEIRO, Denise and COSTA, Eduardo Antônio de Pontes. *"Meninas": vidas em devir nos circuitos de vulnerabilidade social*. *Fractal, Rev. Psicol.* [online]. 2008, vol.20, n.1, pp. 77-88. ISSN 1984-0292.

DAVIS, Angela and DENT, Gina. *A prisão como fronteira: uma conversa sobre gênero, globalização e punição*. *Rev. Estud. Fem.* [online]. 2003, vol.11, n.2, pp. 523-531. ISSN 1805-9584.

DINIZ, Debora. *Estereótipos de gênero nas cortes internacionais - um desafio à igualdade: entrevista com Rebecca Cook*. *Rev. Estud. Fem.* [online]. 2011, vol.19, n.2, pp. 451-462. ISSN 0104-026X.

_____. *Ética na pesquisa em ciências humanas: novos desafios*. *Ciênc. saúde coletiva* [online]. 2008, vol.13, n.2, pp. 417-426. ISSN 1413-8123.

_____. *Cadeia: Relatos Sobre Mulheres*. Civilização Brasileira, 2015.

FALEIROS, Vicente de Paula. *Serviço Social: Questões Presentes para o Futuro*. *rev. Serviço Social & Sociedade*, 9 - 39. nº 50. Ano XVII, abril - 1996.

FARIA, Ana Amélia Cypreste and BARROS, Vanessa de Andrade. *Tráfico de drogas: uma opção entre escolhas escassas*. *Psicol. Soc.* [online]. 2011, vol.23, n.3, pp. 536-544. ISSN 0102-7182.

FERREIRA, Angelita Rangel. *Crime-prisão-liberdade-crime: o círculo perverso da reincidência no crime*. *Serv. Soc. Soc.*[online]. 2011, n.107, pp. 509-534. ISSN 0101-6628.

IAMAMOTO, Marilda Villela. *O Serviço Social na Contemporaneidade: trabalho e formação profissional – 15ª* - São Paulo: Cortez, 2008.

_____. *Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social*. São Paulo: Cortez, 2011.

_____. *Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais*. Brasília - DF, 2009.

_____. *A crise estrutural do capital*. Outubro Nº 4. Revista do Instituto de Estudos Socialistas. São Paulo, 2000.

MAIA, João Marcelo Ehler. *Uma janela indiscreta sobre o tráfico de drogas em Copacabana*. *Physis* [online]. 2005, vol.15, n.1, pp. 156-159. ISSN 1809-4481.

MARX, Karl. (1989). *O capital, crítica da economia política: Vol. 1. Livro 1*. Rio de Janeiro, RJ: Bertrand Brasil, 1989.

MARX, Karl. (1989b). Trabalho alienado e superação positiva da autoalienação humana. In F. Fernandes (Ed.), *Marx/Engels: Vol. 36. Grandes Cientistas Sociais. História* (pp. 146-181). São Paulo, SP: Ática.

NASCIMENTO, Ari Bassi. *Uma visão crítica das políticas de descriminalização e de patologização do usuário de drogas. Psicol. estud.* [online]. 2006, vol.11, n.1, pp. 185-190. ISSN 1807-0329.

NETTO, José Paulo. *Capitalismo Monopolista e Serviço Social*. 8ª ed. São Paulo, Cortez, 2011.

NICOLAU, Ana Izabel Oliveira et al. *Retrato da realidade socioeconômica e sexual de mulheres presidiárias. Acta paul. enferm.* [online]. 2012, vol.25, n.3, pp. 386-392. ISSN 0103-2100.

ORGANISTA, José Henrique Carvalho. *O Debate Sobre a Centralidade do Trabalho*. ED. Expressão popular. 1ª edição. SP, 2006.

REGO, Isabel Pojo do. *Sociologia da prisão. Soc. estado.* [online]. 2004, vol.19, n.1, pp. 227-233. ISSN 0102-6992.

RAMALHO, Néelson Alves. *Processos de globalização e problemas emergentes: implicações para o Serviço Social contemporâneo. Rev. Serv. Soc. Soc., São Paulo*, n. 110, p. 345-368, abr./jun.2012.

SEQUEIRA, Vania Conselheiro. *Uma vida que não vale nada: prisão e abandono político-social. Psicol. cienc. prof.*[online]. 2006, vol.26, n.4, pp. 660-671. ISSN 1414-9893.

TAVARES, GileadMarchezi and MENANDRO, Paulo Rogério Meira. *Atestado de exclusão com firma reconhecida: o sofrimento do presidiário brasileiro. Psicol. cienc. prof.* [online]. 2004, vol.24, n.2, pp. 86-99. ISSN 1414-9893.

UZIEL, Anna Paula. *Radiografias da prisão feminina: um mosaico. Physis* [online]. 2004, vol.14, n.1, pp. 168-171. ISSN 1809-4481.

WACQUANT, Loïc. *O lugar da prisão na nova administração da pobreza. Novos estud. - CEBRAP* [online]. 2008, n.80, pp. 9-19. ISSN 1980-5403.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Acolhimento 11, 12, 13, 16, 17, 18, 25, 58, 63, 69, 110, 145, 146, 202

Adoção 161, 162, 164, 165, 166, 167, 168, 169, 170, 171, 172, 173, 174

Adolescente 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 39, 40, 41, 44, 45, 46, 47, 49, 50, 51, 52, 53, 83, 100, 101, 103, 107, 108, 109, 110, 165, 166, 175

Aposentadoria 175, 177, 178, 181, 182, 185, 186, 187, 188, 189, 190, 191, 192, 202, 203, 207, 212

Assistência Social 11, 12, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 31, 33, 44, 50, 51, 54, 57, 59, 62, 63, 64, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 82, 83, 87, 88, 89, 93, 96, 98, 129, 130, 167, 168, 169, 171, 172, 173, 181, 193, 194, 201, 202, 205, 209, 211, 212, 213, 215

Ato Infracional 6, 7, 8, 9, 10, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 29, 30, 32, 34, 35, 38, 40, 41

B

Brasil 2, 3, 4, 9, 10, 14, 15, 16, 18, 19, 20, 24, 25, 27, 30, 35, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 49, 51, 52, 53, 55, 57, 59, 62, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 73, 74, 75, 82, 83, 86, 98, 106, 110, 122, 123, 126, 127, 128, 129, 130, 131, 132, 133, 134, 137, 138, 139, 143, 149, 150, 153, 154, 155, 157, 158, 159, 162, 163, 165, 166, 171, 173, 174, 176, 178, 179, 181, 182, 190, 191, 200, 201, 203, 204, 211, 213, 214

Brasileira 2, 3, 15, 27, 44, 46, 51, 52, 67, 71, 75, 82, 95, 125, 130, 132, 134, 137, 139, 157, 158, 163, 166, 170, 177, 180, 181, 191, 201, 211, 212, 213

C

Capitalismo 5, 9, 19, 27, 82, 88, 109, 112, 113, 115, 117, 119, 120, 125, 126, 132, 133, 134, 140, 154, 155, 156, 165, 174, 200, 213

Conflito 1, 2, 6, 7, 8, 9, 23, 28, 29, 125, 146, 164

Criança 2, 3, 6, 8, 9, 10, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 26, 27, 30, 40, 41, 44, 45, 46, 50, 51, 52, 81, 100, 103, 110, 144, 145, 161, 162, 163, 164, 165, 166, 167, 168, 169, 170, 171, 174, 175

D

Delegacia 141, 142, 143, 144, 145, 146

Desigualdade 24, 37, 79, 82, 105, 109, 112, 113, 119, 142, 156, 157, 179

Direito 1, 3, 6, 7, 9, 12, 15, 19, 20, 35, 37, 38, 48, 51, 52, 61, 66, 68, 70, 72, 77, 79, 85, 89, 107, 109, 110, 111, 118, 119, 124, 127, 129, 138, 151, 153, 154, 156, 159, 166, 167, 168, 170, 172, 179, 180, 181, 182, 188, 201, 205, 206, 208, 209, 210, 211, 212, 213, 214

E

Envelhecimento 175, 176, 177, 179, 180, 183, 184, 185, 186, 189, 190, 191, 193, 194, 195, 196, 197, 198, 199, 201, 203, 204, 206, 207, 211, 213, 214, 215

Estado 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 11, 13, 14, 15, 21, 22, 24, 25, 26, 27, 29, 30, 31, 32, 36, 37, 38, 39, 44, 45, 46, 48, 50, 57, 60, 61, 64, 66, 68, 69, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 101, 103, 104, 107, 109, 110, 118, 124, 125, 128, 130, 131, 132, 134, 135, 137, 138, 140, 144, 147, 150, 151, 152, 153, 157, 161, 163, 164, 165, 166, 167, 171, 172, 173, 174, 179, 181, 196, 201, 208, 209, 211, 212, 213

F

Família 1, 2, 3, 4, 6, 7, 8, 9, 10, 13, 14, 16, 18, 20, 24, 32, 34, 38, 39, 48, 50, 58, 61, 62, 64, 66, 67, 68, 69, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 85, 86, 87, 88, 94, 95, 105, 106, 109, 113, 114, 116, 118, 119, 127, 128, 146, 164, 165, 166, 167, 169, 175, 180, 182, 190, 199, 200, 201, 205, 207, 208, 209, 212, 213, 214, 215

Famílias 1, 2, 3, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 16, 17, 18, 33, 35, 37, 38, 43, 46, 47, 48, 49, 51, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 66, 67, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 108, 118, 126, 146, 163, 166, 201

G

Gênero 14, 57, 71, 78, 80, 100, 109, 112, 113, 115, 116, 117, 118, 119, 120, 121, 122, 123, 126, 127, 131, 134, 139, 149, 150, 154, 155, 156, 157, 159, 160, 193, 194, 196, 197, 198, 200, 201, 203, 212

I

Idoso 176, 179, 180, 185, 190, 191, 198, 205, 206, 207, 208, 209, 210, 211, 212, 213, 214

Institucional 4, 11, 12, 13, 16, 18, 21, 22, 23, 25, 26, 27, 33, 90, 91, 92, 93, 124, 165, 167

L

Lei 1, 2, 6, 7, 8, 9, 14, 15, 16, 18, 19, 23, 28, 29, 30, 40, 41, 45, 46, 49, 50, 51, 64, 69, 70, 74, 86, 87, 100, 107, 110, 127, 129, 130, 133, 136, 137, 139, 143, 147, 155, 156, 157, 162, 164, 165, 166, 167, 174, 176, 179, 190, 191, 199, 205, 207, 209, 210, 212, 213, 214

M

Mãe 54, 58, 72, 78, 102, 107, 119, 162, 164, 166, 167, 169

Medida 4, 11, 12, 13, 16, 17, 18, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 31, 32, 33, 34, 35, 39, 40, 68, 97, 116, 120, 124, 134, 135, 136, 143, 145, 185, 200

Mulheres 46, 54, 62, 78, 104, 108, 111, 112, 113, 114, 115, 116, 117, 118, 119, 120, 121, 122, 123, 126, 127, 128, 129, 130, 131, 132, 133, 134, 135, 137, 138, 139, 140, 141, 142, 143, 144, 145, 146, 147, 149, 150, 154, 155, 156, 157, 158, 159, 162, 163, 164, 166, 167, 168, 169, 170, 171, 172, 173, 176, 182, 194, 200, 201, 206, 211, 215

P

Política 1, 2, 5, 9, 11, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 23, 24, 30, 31, 40, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 79, 83, 86, 87, 88, 89, 91, 93, 96, 104, 107, 110, 114, 115, 124, 127, 130, 132, 133, 134, 136, 139, 143, 151, 153, 159, 162, 164, 165, 167, 168, 171, 174, 176, 179, 181, 182, 190, 191, 193, 194, 201, 202, 203, 210, 212, 213, 215

Política Pública 15, 68, 69, 70, 89, 130, 143, 210

Prática 1, 13, 19, 23, 24, 25, 30, 31, 32, 34, 37, 60, 63, 74, 84, 86, 87, 88, 90, 91, 94, 123, 126, 144, 170, 171, 172, 175, 181

Prisional 133, 136, 137, 149, 150, 151, 152, 153, 155, 157, 158

Promoção da Saúde 42, 45, 49, 50, 178

Q

Questão Social 4, 6, 7, 9, 10, 14, 24, 27, 32, 39, 56, 59, 60, 61, 66, 67, 77, 80, 82, 85, 86, 88, 89, 98, 132, 133, 134, 135, 136, 137, 139, 149, 150, 152, 153, 155, 156, 158, 160, 168, 170, 173, 179, 201

R

Rede 13, 14, 17, 18, 33, 34, 36, 37, 38, 43, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 66, 69, 70, 71, 72, 74, 77, 91, 92, 93, 94, 102, 103, 109, 123, 129, 130, 131, 143, 167, 169, 173, 189, 210, 215

S

Saúde 5, 14, 15, 17, 19, 34, 36, 37, 38, 42, 43, 44, 45, 48, 49, 50, 51, 52, 54, 55, 56, 59, 60, 61, 63, 64, 65, 68, 69, 70, 76, 77, 78, 79, 81, 82, 83, 85, 86, 88, 93, 96, 100, 104, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 124, 129, 130, 131, 136, 139, 143, 144, 150, 155, 157, 161, 163, 166, 167, 168, 169, 170, 171, 172, 175, 177, 178, 179, 181, 188, 189, 191, 194, 195, 201, 202, 203, 206, 209, 210, 212, 214, 215

Serviço Social 1, 10, 19, 21, 22, 23, 24, 27, 28, 29, 40, 41, 42, 53, 55, 58, 59, 60, 63, 64, 65, 66, 67, 74, 75, 76, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 97, 98, 99, 101, 109, 110, 111, 121, 132, 133, 139, 140, 141, 144, 145, 146, 147, 149, 160, 161, 169, 174, 177, 191, 193, 206, 215

Social 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 26, 27, 28, 29, 31, 32, 33, 34, 35, 37, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 46, 47, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 109, 110, 111, 113,

114, 115, 116, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 129, 130, 131, 132, 133, 134, 135, 136, 137, 138, 139, 140, 141, 144, 145, 146, 147, 149, 150, 152, 153, 155, 156, 158, 159, 160, 161, 162, 163, 167, 168, 169, 170, 171, 172, 173, 174, 175, 177, 179, 180, 181, 182, 184, 185, 187, 189, 190, 191, 192, 193, 194, 195, 196, 197, 198, 199, 201, 202, 203, 204, 205, 206, 207, 208, 209, 210, 211, 212, 213, 214, 215

Sociedade 1, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 12, 13, 14, 15, 19, 24, 27, 28, 32, 37, 39, 44, 46, 47, 48, 50, 51, 52, 53, 59, 60, 62, 67, 68, 69, 71, 72, 73, 74, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 84, 85, 89, 94, 95, 96, 97, 104, 109, 112, 113, 114, 115, 116, 117, 118, 119, 120, 121, 123, 125, 126, 127, 130, 131, 133, 134, 135, 136, 138, 139, 142, 150, 151, 152, 154, 155, 156, 157, 158, 159, 162, 163, 165, 166, 176, 177, 179, 180, 181, 185, 187, 189, 191, 196, 197, 198, 199, 200, 201, 207, 208, 211, 214

Socioassistencial 33, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 62, 63, 70, 71, 87, 167, 169, 215

Socioeducativa 13, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 39, 40

Sujeito 6, 23, 25, 30, 43, 44, 47, 49, 50, 57, 68, 73, 74, 108, 124, 125, 136, 154, 162, 177, 178, 181, 187, 189, 200

T

Trabalho 3, 4, 5, 7, 11, 12, 15, 16, 17, 18, 19, 21, 22, 23, 24, 25, 29, 30, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 40, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 56, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 66, 67, 69, 70, 71, 72, 73, 75, 76, 78, 79, 80, 82, 84, 85, 86, 87, 88, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 102, 105, 110, 112, 113, 115, 117, 118, 119, 120, 121, 124, 125, 129, 130, 132, 133, 134, 135, 136, 138, 139, 140, 141, 143, 145, 146, 149, 152, 154, 156, 157, 158, 160, 161, 163, 164, 168, 169, 172, 173, 175, 177, 178, 181, 182, 186, 187, 188, 189, 190, 191, 193, 195, 198, 200, 201, 202, 203, 206, 207, 208, 209, 211, 212, 213, 214

V

Violência 1, 7, 10, 12, 22, 25, 27, 34, 35, 36, 38, 43, 44, 45, 47, 52, 60, 62, 67, 71, 92, 95, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 128, 129, 130, 131, 134, 141, 142, 143, 144, 146, 147, 150, 151, 154, 159, 208, 215

Processos de Subjetivação no Serviço Social

4

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 

 **Atena**
Editora

Ano 2020

Processos de Subjetivação no Serviço Social

4

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

[@atenaeditora](#) 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 

 **Atena**
Editora

Ano 2020